




**EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA A POLICIAIS MILITARES DO
TOCANTINS: DIAGNÓSTICO COM BASE EM DADOS SECUNDÁRIOS E
PROPOSTA DE DISCIPLINA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO DA PMTO**

**FINANCIAL EDUCATION APPLIED TO MILITARY POLICE OFFICERS OF
TOCANTINS: DIAGNOSIS BASED ON SECONDARY DATA AND PROPOSAL
FOR A DISCIPLINE IN PMTO TRAINING COURSES**

**EDUCACIÓN FINANCIERA APLICADA A POLICÍAS MILITARES DE
TOCANTINS: DIAGNÓSTICO BASADO EN DATOS SECUNDARIOS Y
PROPUESTA DE DISCIPLINA PARA LOS CURSOS DE FORMACIÓN DE LA
PMTO**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n60-039>

Data de submissão: 18/04/2026

Data de publicação: 18/05/2026

Marcio Albuquerque Magela

Especialista em Segurança Pública

Instituição: Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO)

E-mail: albuquerquepmto@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6706-0050>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/404540040177950>

RESUMO

Considerando o expressivo comprometimento de renda dos policiais militares do Tocantins e a ausência de programas estruturados de educação financeira na Polícia Militar do Tocantins (PMTO), este artigo objetiva-se analisar o perfil de comprometimento de renda de 2.557 policiais militares de cinco carreiras, com base em dados secundários públicos do Portal da Transparência do Estado do Tocantins referentes a julho de 2025 e janeiro de 2026, e propor a inclusão formal de uma disciplina de Educação Financeira nos cursos de formação da Corporação. A pesquisa é empírico-analítica, descritiva e quantitativa. Os resultados demonstram que o total de descontos em folha compromete de 37,1% a 52,7% do salário bruto, com Descontos Diversos presentes para 100% dos servidores nos dois períodos. Com base em 120 simulações de planejamento financeiro calibradas pelos salários líquidos médios reais de cada carreira, a adoção de práticas de poupança pode viabilizar acumulação entre R\$ 70.861 e R\$ 2.227.785 ao longo de 10 a 30 anos, a 5% ao ano de retorno real. O artigo propõe a disciplina "Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar" (40 h/a: 20h presenciais + 20h EaD), articulada com a Fundação Pró-Tocantins (FPTO), avançando sobre estudos anteriores que identificaram a necessidade do tema sem diagnóstico empírico tocantinense nem proposta curricular formalizada.

Palavras-chave: Educação Financeira. Comprometimento de Renda. Polícia Militar. Tocantins. Dados Secundários.

ABSTRACT

Considering the significant income commitment of military police officers in Tocantins and the absence of structured financial education programs in the PMTO, this study aims to analyze the income commitment profile of 2,557 military police officers from five career tracks, based on public secondary



data from the Tocantins State Transparency Portal for July 2025 and January 2026, and to propose the formal inclusion of a Financial Education discipline in PMTO training courses. Results show that total payroll deductions commit between 37.1% and 52.7% of gross salaries, with Miscellaneous Deductions present for 100% of officers in both periods. Based on 120 financial planning simulations calibrated by actual average net salaries, saving 10–20% of net income could accumulate R\$ 70,861 to R\$ 2,227,785 over 10–30 years at a 5% p.a. real return. The article proposes a 40-hour Financial Education discipline (20h in-person + 20h EaD) in partnership with FPTO, advancing over previous studies that lacked empirical Tocantins data and formalized curricular proposals.

Keywords: Financial Education. Income Commitment. Military Police. Tocantins. Secondary Data.

RESUMEN

Considerando el significativo compromiso de ingresos de los policías militares de Tocantins y la ausencia de programas estructurados de educación financiera en la PMTO, se objetiva analizar el perfil de compromiso de ingresos de 2.557 policías militares de cinco carreras, con base en datos secundarios públicos del Portal de Transparencia del Estado de Tocantins, referentes a julio de 2025 y enero de 2026, y proponer la inclusión formal de una disciplina de Educación Financiera en los cursos de formación de la Corporación. Los resultados demuestran que el total de descuentos en nómina compromete entre el 37,1% y el 52,7% del salario bruto. Sobre la base de 120 simulaciones de planificación financiera, ahorrar entre el 10% y el 20% del ingreso neto puede posibilitar una acumulación de R\$ 70.861 a R\$ 2.227.785 en un plazo de 10 a 30 años, con una tasa de retorno real del 5% anual.

Palabras clave: Educación Financiera. Compromiso de Ingresos. Policía Militar. Tocantins. Datos Secundarios.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira constitui dimensão fundamental para o bem-estar individual, familiar e organizacional. Em um cenário marcado pela expansão do crédito, pela elevação histórica das taxas de juros e pela crescente complexidade dos produtos financeiros, o analfabetismo financeiro se traduz em endividamento crônico, inadimplência e degradação da qualidade de vida. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registrou que 76,7% das famílias brasileiras encerraram o ano de 2024 com dívidas, sendo que 29,3% apresentavam contas em atraso e 13,0% declaravam não ter condições de honrar seus compromissos financeiros — o maior patamar da série histórica (CNC, 2025). Em dezembro de 2025, o endividamento escalou para 78,9%, também recorde para o mês (CNC, 2026).

Os policiais militares constituem uma categoria com características peculiares de vulnerabilidade financeira: acesso facilitado ao crédito consignado e a outras formas de desconto em folha de pagamento, remuneração de trajetória relativamente previsível, elevada exposição ao estresse ocupacional e ausência de educação financeira formal em suas grades curriculares de formação. Estudos realizados em Santa Catarina (Gomes, 2022) e no Paraná (Barbosa, 2022) evidenciam que o comprometimento excessivo da renda é recorrente nessa categoria, com reflexos negativos sobre a qualidade de vida e o desempenho profissional.

Os dados do Portal da Transparência do Estado do Tocantins referentes a julho de 2025 e janeiro de 2026 — objeto de análise inédita neste trabalho — revelam que a totalidade dos policiais militares das cinco carreiras investigadas apresenta descontos em folha além dos obrigatórios. O comprometimento médio do salário bruto com todos os descontos varia de 37,1% a 52,7%, a depender da carreira e do período.

No campo acadêmico, revisões sistemáticas internacionais têm consolidado a evidência de que o letramento financeiro é um construto multidimensional — envolvendo conhecimento, atitude e comportamento financeiros — com determinantes demográficos, socioeconômicos, psicológicos e tecnológicos (Goyal; Kumar, 2021; Rehman; Mia, 2024). No campo da saúde ocupacional policial, Purba e Demou (2019) demonstraram, em revisão sistemática com diretrizes PRISMA, que os estressores organizacionais — incluindo a instabilidade financeira — afetam diretamente a saúde mental, a eficácia operacional e a segurança pública.

No contexto específico da PMTO, dois estudos recentes sinalizam a urgência do tema, mas também revelam lacunas que este artigo se propõe a preencher. Moraes e Sobrinho (2025) analisaram a evolução dos serviços e benefícios da Fundação Pró-Tocantins (FPTO) entre 2020 e 2025, identificando ações pontuais de educação financeira sem programa estruturado. Tirello et al. (2024) propuseram a inserção da educação financeira na formação policial sem apresentar diagnóstico

baseado em dados reais de vencimentos da PMTO nem proposta curricular formalizada. Este artigo avança sobre ambos ao combinar: a) diagnóstico empírico com dados do Portal da Transparência/TO; b) simulações calibradas pela remuneração real de cada carreira; e c) proposta curricular formalizada articulada com a FPTO.

Diante do exposto, este artigo formula o seguinte **problema de pesquisa**: é possível que os policiais militares do Estado do Tocantins desenvolvam educação financeira suficiente para reduzir o comprometimento de sua renda e acumular capital ao longo da carreira? O **objetivo geral** é investigar, com base em dados secundários reais da PMTO, o perfil de comprometimento de renda das cinco carreiras analisadas e o potencial de acumulação patrimonial mediante planejamento financeiro, propondo a inserção de disciplina de Educação Financeira nos cursos de formação da Corporação, articulada com a FPTO. Os **objetivos específicos** são: a) analisar o contexto nacional de endividamento familiar; b) examinar os dados de vencimentos e descontos da PMTO nos dois períodos; c) realizar 120 simulações de planejamento financeiro; d) identificar lacunas nos estudos existentes; e e) propor a disciplina com modelo de parceria PMTO–FPTO.

A relevância deste artigo articula três dimensões. I) Contribuição a área carente de conhecimento: nenhum estudo anterior combinou diagnóstico com dados reais do Portal da Transparência/TO, simulações por carreira e proposta curricular formalizada. II) Importância ao público interno: o comprometimento de renda de 37,1% a 52,7% do salário bruto afeta mais de 2.500 servidores analisados, com impactos sobre saúde mental documentados por Purba e Demou (2019) e reconhecidos pela FPTO como desafio institucional (Morais; Sobrinho, 2025). III) Aplicabilidade com parceria institucional: a disciplina proposta pode ser implementada em sinergia com a FPTO — que dispõe de infraestrutura, equipe multidisciplinar, plataforma digital e Planejamento Estratégico 2025–2029 com projetos de capacitação (Fundação Pró-Tocantins, 2025) —, alinhando-se à Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (Decreto Federal nº 10.393/2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITOS, DIMENSÕES E IMPACTO NO COMPORTAMENTO

A educação financeira tem sido reconhecida, em âmbito internacional, como competência vital para o bem-estar econômico individual e coletivo. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estrutura o letramento financeiro em três dimensões interdependentes: conhecimento financeiro (capacidade de compreender produtos, taxas e riscos), atitude financeira (disposição favorável à tomada de decisões econômicas responsáveis) e comportamento financeiro (tradução do conhecimento e da atitude em hábitos concretos de orçamento, poupança e investimento) (OCDE, 2005).

Goyal e Kumar (2021), em revisão sistemática e bibliométrica de 502 artigos publicados entre 2000 e 2019, mapearam os três grandes eixos temáticos consolidados na literatura: os níveis de letramento financeiro em diferentes coortes populacionais; a influência do letramento sobre o planejamento e o comportamento financeiro; e o impacto das intervenções de educação financeira. No contexto brasileiro, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, determina que as instituições públicas promovam ações de educação financeira para seus servidores. Gomes (2022) demonstrou, para a Polícia Militar de Santa Catarina, que o planejamento financeiro pode viabilizar acumulação de capital — conclusão que este artigo busca avaliar e adaptar para a PMTO com base em dados reais.

2.2 LETRAMENTO FINANCEIRO E VULNERABILIDADE DO SERVIDOR DE SEGURANÇA

Rehman e Mia (2024), em revisão sistemática de 53 artigos da base Scopus publicados entre 1981 e 2024, demonstraram que o letramento financeiro é um construto multidimensional, cujos determinantes se distribuem em dimensões demográficas, socioeconômicas, psicológicas, financeiras e tecnológicas. Entre os fatores demográficos, a escolaridade é o principal preditor positivo. A desigualdade no acesso à educação, o nível de endividamento familiar e a ausência de orientação financeira formal impactam negativamente o letramento. A dimensão tecnológica ganhou proeminência recente com a digitalização dos serviços financeiros, exigindo novas competências de letramento digital-financeiro.

Para os policiais militares da PMTO, esses determinantes adquirem contornos específicos: o perfil predominante das praças inclui escolaridade de nível médio, regime de trabalho em turnos rotativos, exposição crônica a situações de risco e alto estresse ocupacional — conjunto que cria campo propício ao subletramento financeiro e justifica intervenções institucionais calibradas (Rehman; Mia, 2024). Tirello et al. (2024) ressaltam que a ausência de formação financeira na carreira policial militar está associada a altos níveis de estresse e instabilidade, afetando tanto a vida pessoal quanto o desempenho profissional.

2.3 ESTRESSE FINANCEIRO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO POLICIAL

Purba e Demou (2019) conduziram revisão sistemática com as diretrizes PRISMA e Cochrane Collaboration, analisando estudos publicados de 1990 a 2017 em quatro bases de dados internacionais (EBSCOHOST Medline, SocINDEX, PsycINFO e OVID Embase), concluindo que os estressores organizacionais são tão ou mais relevantes para a saúde mental dos policiais do que os estressores operacionais clássicos.

O estresse financeiro crônico atua como catalisador de transtornos como depressão, ansiedade, síndrome de burnout e ideação suicida, com reflexos diretos sobre o desempenho operacional. Morais

e Sobrinho (2025), ao analisarem a evolução dos serviços da FPTO entre 2020 e 2025, reconhecem como desafio institucional a ausência de programa estruturado de educação financeira e de indicadores de desempenho — lacuna que a proposta deste artigo busca endereçar por meio da articulação PMTO–FPTO.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota metodologia replicada de Gomes (2022), adaptada ao contexto da PMTO com dados reais de dois períodos. A abordagem é empírico-analítica, de natureza descritiva e com recorte quantitativo (Creswell, 2010). O uso exclusivo de dados secundários públicos garante transparência, replicabilidade e isenção de conflitos éticos.

3.1 LEVANTAMENTO DO CONTEXTO NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO

Primeira etapa — **Análise do endividamento nacional:** coletaram-se e analisaram-se os dados mensais da PEIC/CNC, disponíveis no site da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

3.2 EXTRAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE VENCIMENTOS DA PMTO

Segunda etapa — **Análise dos dados do Portal da Transparência/TO:** foram baixados os arquivos de vencimentos em formato XLS referentes a julho de 2025 e janeiro de 2026 para cinco carreiras da PMTO (Soldado, Sargento, Subtenente, Segundo Tenente e Primeiro Tenente), disponíveis no Portal da Transparência do Estado do Tocantins. Para cada carreira e período, calcularam-se: salário bruto médio; salário líquido médio; Descontos Demonstrados (previdência, IRRF e outros descontos obrigatórios) e Descontos Diversos (outros descontos em folha), e seus respectivos percentuais sobre o bruto.

Cabe ressaltar que os dados do Portal da Transparência não discriminam, dentro dos "Descontos Diversos", as modalidades específicas de desconto. Portanto, os percentuais de comprometimento de renda referem-se ao total de descontos em folha, e não especificamente ao crédito consignado.

3.3 REALIZAÇÃO DAS SIMULAÇÕES DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Terceira etapa — **Simulações financeiras:** realizaram-se 120 simulações com base na média dos salários líquidos dos dois períodos para cada carreira, considerando três percentuais de poupança (10%, 15% e 20%) e quatro horizontes temporais (5, 10, 20 e 30 anos), com taxa de retorno real de 5% ao ano. A fórmula aplicada é o Valor Futuro de Anuidade: $VF = PMT \times [(1+r)^n - 1] / r$, onde PMT é o valor mensal poupado, $r = 5\%/12$ e n o número de meses.

3.4 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE DISCIPLINA

Quarta etapa — **Proposta pedagógica:** com base nos resultados das etapas anteriores e no modelo pedagógico vigente na PMTO, elaborou-se a proposta da disciplina "Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar" (40 h/a: 20h presenciais + 20h EaD), com modelo de parceria PMTO–FPTO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CONTEXTO NACIONAL: ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Os dados da PEIC/CNC revelam um cenário de endividamento estrutural e crescente no Brasil. Em dezembro de 2024, 76,7% das famílias tinham dívidas, com 29,3% em situação de inadimplência e 13,0% declarando incapacidade de quitação — patamar recorde (CNC, 2025). O cartão de crédito consolidou-se como principal modalidade de dívida, com juros médios anuais próximos a 90%. Em dezembro de 2025, o endividamento atingiu 78,9%, também recorde para o mês (CNC, 2026). Esse panorama nacional contextualiza o problema investigado: os servidores públicos com acesso a descontos em folha tendem a apresentar comprometimento ainda superior à média nacional.

4.2 PERFIL DE VENCIMENTOS E COMPROMETIMENTO DE RENDA DA PMTO

A análise dos dados do Portal da Transparência/TO revelou o perfil detalhado de remuneração das cinco carreiras nos dois períodos. As Tabelas 1 e 2 sintetizam os principais indicadores.

Tabela 1. Perfil de vencimentos e comprometimento de renda da PMTO – Julho/2025.

Carreira	n	Sal. Bruto Médio	Sal. Líq. Médio	Total Desc.	% Bruto	Desc. Dem.	% Bruto	Desc. Div.	% Bruto
Soldado	903	R\$ 7.190	R\$ 4.448	R\$ 2.743	38,1%	R\$ 1.485	20,7%	R\$ 1.258	17,5%
Sargento	600	R\$ 12.377	R\$ 6.315	R\$ 6.062	49,0%	R\$ 3.130	25,3%	R\$ 2.932	23,7%
Subtenente	920	R\$ 17.384	R\$ 8.403	R\$ 8.981	51,7%	R\$ 5.016	28,9%	R\$ 3.965	22,8%
2º Tenente	120	R\$ 26.903	R\$ 15.678	R\$ 11.226	41,7%	R\$ 6.174	22,9%	R\$ 5.052	18,8%
1º Tenente	114	R\$ 24.971	R\$ 12.507	R\$ 12.464	49,9%	R\$ 7.156	28,7%	R\$ 5.309	21,3%

Nota: "Desc. Dem." = Descontos Demonstrados (previdência, IRRF e outros descontos obrigatórios). "Desc. Div." = Descontos Diversos (outros descontos em folha; o Portal da Transparência não discrimina as modalidades).

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Tocantins (2025). Elaboração do autor.

Tabela 2. Perfil de vencimentos e comprometimento de renda da PMTO – Janeiro/2026.

Carreira	n	Sal. Bruto Médio	Sal. Líq. Médio	Total Desc.	% Bruto	Desc. Dem.	% Bruto	Desc. Div.	% Bruto
Soldado	885	R\$ 7.442	R\$ 4.679	R\$ 2.763	37,1%	R\$ 1.206	16,2%	R\$ 1.557	20,9%
Sargento	591	R\$ 12.298	R\$ 5.983	R\$ 6.315	51,3%	R\$ 3.083	25,1%	R\$ 3.232	26,3%
Subtenente	840	R\$ 17.825	R\$ 8.439	R\$ 9.386	52,7%	R\$ 5.051	28,3%	R\$ 4.335	24,3%
2º Tenente	158	R\$ 22.695	R\$ 11.090	R\$ 11.604	51,1%	R\$ 6.744	29,7%	R\$ 4.860	21,4%
1º Tenente	104	R\$ 24.284	R\$ 11.595	R\$ 12.689	52,3%	R\$ 7.202	29,7%	R\$ 5.488	22,6%

Nota: As mesmas ressalvas metodológicas da Tabela 1 se aplicam.

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Tocantins (2026). Elaboração do autor.

Os dados revelam que o comprometimento médio do salário bruto com todos os descontos varia de 37,1% a 52,7%, com os "Descontos Diversos" presentes para 100% dos servidores nos dois períodos. O comprometimento médio observado supera o limite de 35% do salário líquido estabelecido pela Lei nº 10.820/2003 para o crédito consignado — embora não seja possível afirmar que todo o comprometimento identificado refira-se exclusivamente a essa modalidade. Observa-se ainda variação entre os dois períodos, que pode refletir reajustes salariais, variações no efetivo ou sazonalidade nos descontos — o que reforça a necessidade de monitoramento longitudinal dos dados.

4.3 SIMULAÇÕES DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Com base na média dos salários líquidos dos dois períodos analisados para cada carreira, realizaram-se 120 simulações utilizando a fórmula de Valor Futuro de Anuidade ($VF = PMT \times [(1+r)^n - 1] / r$), com taxa de retorno real de 5% ao ano. A Tabela 3 apresenta os resultados.

Tabela 3. Simulações de acumulação de capital por carreira, percentual de poupança e horizonte temporal (Taxa real: 5% a.a. | Base: média dos períodos Jul/2025 e Jan/2026).

Carreira	Sal. Líq. Médio	Poupa	R\$/mês	10 anos	20 anos	30 anos
Soldado	R\$ 4.563	10%	R\$ 456	R\$ 70.861	R\$ 187.570	R\$ 379.792
Soldado	R\$ 4.563	15%	R\$ 685	R\$ 106.292	R\$ 281.356	R\$ 569.687
Soldado	R\$ 4.563	20%	R\$ 913	R\$ 141.723	R\$ 375.141	R\$ 759.583
Sargento	R\$ 6.149	10%	R\$ 615	R\$ 95.482	R\$ 252.740	R\$ 511.748
Sargento	R\$ 6.149	15%	R\$ 922	R\$ 143.222	R\$ 379.111	R\$ 767.621
Sargento	R\$ 6.149	20%	R\$ 1.230	R\$ 190.963	R\$ 505.481	R\$ 1.023.495
Subtenente	R\$ 8.421	10%	R\$ 842	R\$ 130.759	R\$ 346.121	R\$ 700.823
Subtenente	R\$ 8.421	15%	R\$ 1.263	R\$ 196.139	R\$ 519.181	R\$ 1.051.235
Subtenente	R\$ 8.421	20%	R\$ 1.684	R\$ 261.518	R\$ 692.242	R\$ 1.401.647

Carreira	Sal. Líq. Médio	Poupa	R\$/mês	10 anos	20 anos	30 anos
2º Tenente	R\$ 13.384	10%	R\$ 1.338	R\$ 207.829	R\$ 550.126	R\$ 1.113.892
2º Tenente	R\$ 13.384	15%	R\$ 2.008	R\$ 311.744	R\$ 825.189	R\$ 1.670.839
2º Tenente	R\$ 13.384	20%	R\$ 2.677	R\$ 415.659	R\$ 1.100.252	R\$ 2.227.785
1º Tenente	R\$ 12.051	10%	R\$ 1.205	R\$ 187.128	R\$ 495.330	R\$ 1.002.941
1º Tenente	R\$ 12.051	15%	R\$ 1.808	R\$ 280.692	R\$ 742.995	R\$ 1.504.411
1º Tenente	R\$ 12.051	20%	R\$ 2.410	R\$ 374.256	R\$ 990.659	R\$ 2.005.881

Fonte: Dados do Portal da Transparência/TO (Jul/2025 e Jan/2026). Cálculo: $VF = PMT \times [(1+r)^n - 1] / r$; $r = 5\%/12$ a.m.
Elaboração do autor.

Os resultados são inequívocos: mesmo o soldado da PMTO — com o menor salário líquido médio da amostra (R\$ 4.563) — poderia acumular R\$ 379.792 em 30 anos poupando apenas 10% da renda líquida, ou R\$ 759.583 poupando 20%. Um segundo tenente que poupasse 20% de sua renda líquida (R\$ 2.677/mês) acumularia R\$ 2.227.785 ao longo de 30 anos. Naturalmente, as simulações partem do pressuposto de que o policial consegue liberar a parcela destinada à poupança. Para aqueles com elevado comprometimento de renda, a primeira etapa necessária é a reorganização orçamentária — exatamente o conteúdo que a disciplina proposta busca trabalhar.

4.4 DISCUSSÃO: DA CONSTATAÇÃO À PROPOSTA INSTITUCIONAL

Os dados dos dois períodos confirmam o diagnóstico de Gomes (2022) para a PMSC e preenchem a lacuna central de Tirello et al. (2024): o comprometimento da renda é fenômeno estrutural e universal na PMTO, exigindo intervenção educacional formalizada. O presente artigo também avança sobre Morais e Sobrinho (2025), que documentam ações financeiras pontuais da FPTO sem programa sistematizado nem simulações de acumulação patrimonial. O cenário converge com os achados internacionais: Rehman e Mia (2024) demonstram que fatores socioeconômicos adversos reforçam o subletramento financeiro, enquanto Purba e Demou (2019) evidenciam que a instabilidade financeira é um dos principais estressores organizacionais que deterioram a saúde mental dos policiais — resultado que a própria FPTO reconhece como desafio institucional a superar (Morais; Sobrinho, 2025).

A solução estrutural passa pela educação financeira formal inserida na grade curricular dos cursos de formação da PMTO, com a FPTO como parceira estratégica de implementação. A ENEF (Decreto Federal nº 10.393/2020) oferece o arcabouço legal; os cursos de formação da PMTO oferecem o espaço institucional; os dados analisados fornecem a evidência empírica; e a FPTO — que

já dispõe de sede própria com infraestrutura para capacitações, equipe multidisciplinar de psicólogos e assistentes sociais, plataforma digital e Planejamento Estratégico 2025–2029 com projetos de capacitação e modernização tecnológica (Fundação Pró-Tocantins, 2025) — oferece a estrutura operacional para ampliar o alcance a todo o efetivo estadual. Esse é o diferencial inédito deste artigo: transformar a articulação PMTO–FPTO em um programa integrado de saúde financeira do policial militar tocantinense.

5 PROPOSTA DE DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA AO POLICIAL MILITAR

Com base nos resultados desta pesquisa e no modelo pedagógico institucional vigente na PMTO, propõe-se a criação da disciplina de Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar, com carga horária total de 40 horas/aula, distribuídas em 20 horas presenciais e 20 horas em Ensino a Distância (EaD). O Quadro 1 apresenta a ementa completa.

Quadro 1. Proposta de ementa: Disciplina de Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar.

Disciplina:	Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar	Carga Horária:	40 h/a
Presencial: SIM ✓ NÃO	20 horas/aula		
Semipresencial: SIM ✓ NÃO	—		
EaD: SIM ✓ NÃO	20 horas/aula		
Objetivo:	Capacitar o discente a compreender e aplicar os fundamentos da educação financeira pessoal, promovendo o planejamento orçamentário, a prevenção do endividamento excessivo e a acumulação patrimonial ao longo da carreira policial militar, contribuindo para a qualidade de vida do servidor e para a excelência operacional da Corporação.		
Ementa:	<p>UNIDADE DIDÁTICA I – FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (10 h/a presenciais)</p> <p>a) Conceitos de educação e planejamento financeiro pessoal; b) Diagnóstico financeiro pessoal: receitas, despesas, dívidas e patrimônio; c) Orçamento familiar: construção, controle e definição de metas; d) Endividamento e superendividamento: causas, consequências e prevenção; e) O crédito consignado e outras modalidades de desconto em folha: funcionamento, riscos e uso consciente; f) Perfil do comprometimento de renda do servidor público de segurança: dados da PMTO; g) Impactos do estresse financeiro no desempenho profissional e na saúde do policial.</p> <p>UNIDADE DIDÁTICA II – ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO E ACUMULAÇÃO PATRIMONIAL (10 h/a presenciais)</p>		

	<p>a) Poupança, investimentos e acumulação de capital ao longo da carreira;</p> <p>b) Instrumentos financeiros acessíveis ao servidor público: Tesouro Direto, CDB, fundos e previdência complementar;</p> <p>c) Simulações práticas de planejamento financeiro por posto e graduação (dados reais da PMTO);</p> <p>d) Estratégias de saída do endividamento: renegociação, portabilidade e quitação de dívidas;</p> <p>e) Planejamento para a aposentadoria e gestão patrimonial de longo prazo.</p> <p>UNIDADE DIDÁTICA III – EDUCAÇÃO FINANCEIRA DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS (10 h/a EaD)</p> <p>a) Fintechs e aplicativos de controle financeiro: uso e segurança;</p> <p>b) Segurança digital em operações financeiras: fraudes, golpes e proteção de dados;</p> <p>c) A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Decreto Federal nº 10.393/2020;</p> <p>d) Proteção do consumidor: Banco Central, Procon e canais de denúncia;</p> <p>e) Casos práticos: situações reais de comprometimento de renda e recuperação financeira.</p> <p>UNIDADE DIDÁTICA IV – APLICAÇÃO PRÁTICA E MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO (10 h/a EaD)</p> <p>a) Elaboração do Plano Financeiro Pessoal individual (projeto integrador da disciplina);</p> <p>b) Análise crítica de extratos bancários, contracheques e simuladores financeiros;</p> <p>c) Ética, transparência e responsabilidade financeira no exercício da função policial;</p> <p>d) O policial militar como multiplicador de educação financeira na comunidade;</p> <p>e) Apresentação e avaliação dos planos financeiros individuais.</p>
Metodologia:	Aulas expositivas dialogadas e dinâmicas em grupo (Unidades I e II – presenciais); videoaulas gravadas, fóruns temáticos e atividades interativas na plataforma EaD da PMTO (Unidades III e IV); estudos de caso com dados reais do Portal da Transparência/TO e elaboração do Plano Financeiro Pessoal como projeto integrador.
Bib. Básica:	CERBASI, G. Casais inteligentes enriquecem juntos. São Paulo: Gente, 2004. FRANKENBERG, L. Seu futuro financeiro. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KIYOSAKI, R.; LECHTER, S. Pai rico, pai pobre. 55. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
Bib. Complementar:	GOMES, L. V. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. Rev. Cient. ESPM, v. 1, n. 4, p. 24-49, jul. 2022. GOYAL, K.; KUMAR, S. Financial literacy: a systematic review. Int. J. Consumer Studies, v. 45, n. 1, p. 80-105, 2021. TOCANTINS. Portal da Transparência. Remunerações dos Servidores – PMTO. Disponível em: < https://transparencia.to.gov.br/ >.
Avaliação:	Verificação Teórica (40%) + Plano Financeiro Pessoal – projeto integrador (40%) + Participação em fóruns EaD e atividades práticas (20%).

Fonte: Elaboração do autor, baseada no modelo pedagógico institucional da PMTO e na Portaria Normativa nº. 001/2021-PM1 (2026).

A disciplina proposta integra as quatro dimensões identificadas como críticas pela literatura: o diagnóstico personalizado com base nos dados reais da PMTO; o desenvolvimento de habilidades práticas de orçamento e planejamento; a alfabetização financeira digital, alinhada à dimensão tecnológica identificada por Rehman e Mia (2024); e a consciência do papel social do policial como multiplicador de educação financeira na comunidade. A modalidade semipresencial é especialmente adequada ao contexto da PMTO, considerando a natureza do trabalho em turnos e a distribuição geográfica das unidades no estado.

6 CONCLUSÃO

Este artigo analisou, com base em dados secundários públicos do Portal da Transparência do Estado do Tocantins (julho de 2025 e janeiro de 2026), o perfil de comprometimento de renda de 2.557 policiais militares da PMTO distribuídos em cinco carreiras. Os resultados revelam comprometimento generalizado: o total de descontos em folha compromete de 37,1% a 52,7% do salário bruto, com Descontos Diversos presentes para 100% dos servidores nos dois períodos analisados.

As 120 simulações de planejamento financeiro demonstraram o potencial de acumulação patrimonial ao longo da carreira: um soldado que poupasse 10% de seu salário líquido acumularia R\$ 379.792 em 30 anos; um segundo tenente que poupasse 20% chegaria a R\$ 2.227.785 no mesmo período.

Com base nessas evidências, propõe-se a inclusão formal da disciplina "Educação Financeira Aplicada ao Policial Militar" (40 h/a: 20h presenciais + 20h EaD) nos cursos de formação da PMTO, articulada com a FPTO como parceira institucional. O diferencial inédito deste artigo em relação aos trabalhos anteriores sobre o tema na PMTO (Tirello et al., 2024; Moraes; Sobrinho, 2025) está na tríade: dados empíricos reais do Portal da Transparência/TO como base diagnóstica; simulações personalizadas por posto e graduação; e modelo de implementação PMTO–FPTO. Sua adoção está alinhada à ENEF (Decreto Federal nº 10.393/2020) e às evidências científicas internacionais (Purba; Demou, 2019; Goyal; Kumar, 2021; Rehman; Mia, 2024).

Como limitação, registra-se que os dados do Portal da Transparência/TO não discriminam as modalidades específicas dentro dos "Descontos Diversos". Pesquisas primárias futuras poderão complementar este diagnóstico com questionários individualizados ao efetivo da PMTO, bem como estudos longitudinais correlacionando o uso dos serviços da FPTO com indicadores de bem-estar financeiro, conforme recomendado por Moraes e Sobrinho (2025).



REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. S. Análise da viabilidade e relevância da inserção da disciplina de educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 51012-51024, jul. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n7-280.

BRASIL. Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC): resultados de dezembro de 2024. Brasília: CNC, jan. 2025. Disponível em: < <https://static.poder360.com.br/2025/01/inadimplencia-dezembro2024.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC): resultados de dezembro de 2025. Brasília: CNC, jan. 2026. Disponível em: < https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2026/01/Analise_Peic_dez25-pdf.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FUNDAÇÃO PRÓ-TOCANTINS (FPTO). Ofício nº 105/2025 – GAB. PRES: encaminhamento de informações sobre ações estratégicas em desenvolvimento e limitações institucionais. Palmas: FPTO, 25 set. 2025. In: MORAIS, M. A. P. de; SOBRINHO, C. J. B. Valorização profissional e ações de saúde na Polícia Militar do Tocantins: uma análise evolutiva por meio da Fundação Pró-Tocantins. [S. l.]: Impacto Editora, 2025. Anexo IV. DOI: 10.56238/edimpacto2025.090-020.

GOMES, L. V. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. *Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 24-49, jul. 2022. DOI: 10.5935/2178-4590.20220010.

GOYAL, K.; KUMAR, S. Financial literacy: a systematic review and bibliometric analysis. *International Journal of Consumer Studies*, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 80-105, 2021. DOI: 10.1111/ijcs.12605.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens quantitativas, qualitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2021.

MORAIS, M. A. P. de; SOBRINHO, C. J. B. Valorização profissional e ações de saúde na Polícia Militar do Tocantins: uma análise evolutiva por meio da Fundação Pró-Tocantins. In: CONHECIMENTO EM REDE: explorando a multidisciplinaridade. 3. ed. [S. l.]: Impacto Editora, 2025. DOI: 10.56238/edimpacto2025.090-020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. Paris: OECD Publishing, 2005.

PURBA, A.; DEMOU, E. The relationship between organisational stressors and mental wellbeing within police officers: a systematic review. *BMC Public Health*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1-19, out. 2019. DOI: 10.1186/s12889-019-7609-0.



REHMAN, K.; MIA, M. A. Determinants of financial literacy: a systematic review and future research directions. *Future Business Journal*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-18, 2024. DOI: 10.1186/s43093-024-00365-x.

TIRELLO, D. da C.; RIBEIRO, F. V.; DIAS, M. A. N.; OLIVEIRA, J. D. S. Gestão financeira do policial militar e o impacto na sua estabilidade financeira. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 43, p. 9232-9244, 2024. DOI: 10.56238/levv15n43-116.

TOCANTINS. Portaria Normativa nº. 001/2021-PM1, de 30 de junho de 2021. Regulamenta a avaliação de contribuição de caráter técnico-profissional no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins. Palmas: Quartel do Comando Geral, 2021. Publicada no BG nº 122, de 02 jul. 2021.

TOCANTINS. Remunerações dos Servidores: Polícia Militar do Tocantins – julho/2025. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, 2025. Disponível em: < <https://transparencia.to.gov.br/#!/servidores/>>. Acesso em: 19 abr. 2026.

TOCANTINS. Remunerações dos Servidores: Polícia Militar do Tocantins – janeiro/2026. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, 2026. Disponível em: < <https://transparencia.to.gov.br/#!/servidores/>>. Acesso em: 19 abr. 2026.